

# Operação Moeda Verde: um fato, dois enquadramentos

Samuel Lima

## Resumo

Este artigo analisa alguns aspectos da cobertura jornal da Operação Moeda Verde nas páginas de dois jornais catarinenses, ambos do mesmo grupo empresarial, a *Rede Brasil Sul (RBS)*: o *Diário Catarinense* e *A Notícia*. As diferentes abordagens e enquadramentos suscitados pelo fato, no *DC* e *AN*, evidenciam as possibilidades de construção do discurso jornalístico. No caso, ilustram a dependência extrema da imprensa de fontes oficiais, numa inversão que tem se tornado cada vez mais comum: de pauta, a Polícia Federal e o Ministério Público acabam pautando a mídia, local e nacional. A necessidade de os meios impressos apostarem no jornalismo investigativo, como rotina e método de trabalho, está posta. O episódio também permite uma reflexão sobre a simbiose entre os campos da mídia e o da política, uma vez que a Moeda Verde investiga lideranças políticas, empresariais e funcionários públicos graduados que têm fortes relações com a mídia catarinense.

## Palavras-chave:

Mídia e política, Jornalismo investigativo

## Abstract

This article analyzes the journalistic coverage of Operação Moeda Verde (Brazilian Federal Police's "Operation Green Currency") published by two newspapers of Santa Catarina: *Diário Catarinense* and *A Notícia*, both controlled by the same corporation, Rede Brasil Sul (RBS). The different approaches and frames of the same fact, by DC and AN, clearly show different possibilities of constructing journalistic discourse. These coverings exemplify the extreme press dependence on official sources and highlight an inversion that is getting more and more common. The inversion is that from being the source of items in the newspaper's agenda, Federal Police and Federal Public Ministry became the ones who establish the agenda for media - local, regional and national wide. This situation makes it clear that the press needs more investigative journalism in its daily work. The episode also allows a reflection on the symbiosis between the realms of media and politics, since Moeda Verde investigations involves political leaders, businessmen and top public workers who have strong relationships with Santa Catarina media.

## Key words:

Investigative journalism, Media and politics

A chamada Operação Moeda Verde, resultado de um trabalho de nove meses de investigação da Polícia Federal (PF), veio à mídia impressa catarinense no dia 4 de maio de 2007. Causou impacto a prisão de empresários renomados, políticos e funcionários públicos graduados, das esferas municipal e estadual, em Florianópolis (SC).

Desde o primeiro momento, nas edições de 04/05/2007, a Moeda Verde trouxe, explícita, uma singular diferença de cobertura e enquadramento de parte dos dois principais diários de Santa Catarina, ambos pertencentes ao grupo *RBS: Diário Catarinense (DC)* e *A Notícia (AN)*.

A prisão de 19 pessoas, incluindo o vereador Juarez Silveira (ex-PFL), Francisco Rzatki (ex-vereador e atual presidente da Fundação do Meio Ambiente de Florianópolis – FLORAM) e os empresários Fernando Marcondes de Mattos (dono do Costão do Santinho) e Hélio Chevarria (diretor do grupo Habitasul) foi baseada na acusação de fraude em licenças ambientais, num suposto esquema de compra e venda de autorizações para construção de hotéis, escolas, shoppings e empreendimentos imobiliários na Ilha de Santa Catarina.

Preliminarmente, o que chama atenção é a falta do jornalismo investigativo no DC e AN. Pautados pela ação da PF, do Ministério Público Federal e da Justiça Federal (Vara Ambiental), que autorizou as prisões, os jornais começam a cobertura sobre o assunto à mercê dessas fontes e suas iniciativas. A rigor, particularmente para os ambientalistas, movimentos populares e nativos da capital catarinense, o “esquema” era uma velha novidade.

Não obstante esse aspecto, ao qual dedicaremos especial atenção na análise do

## **Pautados pela ação da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e da Justiça Federal, os jornais começam a cobertura sobre o assunto à mercê dessas fontes e suas iniciativas**

material publicado em algumas edições a partir daí, subsiste ainda um outro fator determinante ao enquadramento adotado pelos dois jornais: o constrangimento da simbiose da mídia com o campo da política, considerando o aspecto de que a sede do *DC* é Florianópolis e do *AN*, Joinville – a 165 km, no litoral norte do Estado.

A sina do jornalismo reverberativo, na feliz expressão de José Arberx Jr., parece estar presente nos dois veículos. Em raros momentos deste primeiro mês de cobertura factual, o jornal *A Notícia* apresentou um conteúdo jornalístico diferenciado, buscando elucidar os possíveis esquemas, confirmar ou refutar indícios de corrupção investigados pela Moeda Verde.

As manchetes do dia 04/05/2007 indicam as duas opções de enquadramento adotadas pelos dois jornais. No *DC*: “Operação da PF abala Florianópolis”. Na gravata: “Empresários, vereadores e servidores são presos sob acusação de fraudes em licenças ambientais”. Ao que tudo indica, trata-se de uma tentativa de sensibilizar seus leitores e formadores de opinião. Afinal, os cidadãos e cidadãs ficaram mesmo “abalados” com a prisão das pessoas acusadas? A opção do *DC* incluiu a singela hipérbole, configurada pelo verbo abalar.

No *AN*: “Operação Moeda Verde apura fraude ambiental” – no olho, o complemento: “PF prende políticos, empresários e servidores públicos”. Neste caso, tem-se o extremo oposto: as prisões e a divulgação da Operação resulta de nove meses de investigação, foi seu ponto culminante, não o começo.

Nos textos de capa desta edição aparece algo em comum: nenhum nome é citado. As fotos principais estão relacionadas à Operação

e constituem informações complementares às manchetes. O colunismo político dos dois veículos também fez a opção de discutir o assunto genericamente, tecendo comentários tão-somente ao trabalho de investigação da PF. Autores, nomes, acusados? Nem pensar.

Nas páginas internas das reportagens, nos dois jornais, há estranhas saliências e submissões da informação jornalística. O *DC* (4, 5, 6 e 8) destacou uma declaração do juiz federal Zenildo Bodnar (Vara Ambiental): “As prisões não implicam juízo de valor sobre a culpa ou inocência, a serem devidamente apuradas no curso do processo”. Zelososa preocupação com a presunção de inocência, direito consagrado internacionalmente e reconhecido na Constituição Federal, nem sempre respeitado pela mídia. O *DC* publicou, ainda, o rol de empreendimentos, sem dizer quem são os seus donos. Quando finalmente indica os acusados, o jornal deixou de lado o “contraditório” e deu apenas a defesa das personalidades arroladas, o que deixou o texto incompreensível. Afinal, qual era a acusação que pesava sobre cada um dos suspeitos?

Nas páginas internas do *AN* (A4, A5, A6 e A7), do ponto de vista da abrangência e da organização de informações, a cobertura deste periódico se apresenta mais completa, embora tenha algumas lógicas comuns ao seu congênera. No “quem é quem” (p. A4), por exemplo, além da acusação e defesa de cada um, o leitor pode conferir também uma pequena biografia das personalidades acusadas. O *plus* ficou por conta de um bem elaborado infográfico (p. A5) sobre o funcionamento do esquema; bem como os perfis da delegada Júlia Vergara da Silva (PF) e do juiz federal Zenildo Bodnar (p. A6).

**O colunismo político dos dois veículos também fez a opção de discutir o assunto genericamente, tecendo comentários tão-somente ao trabalho de investigação da Polícia Federal**

A reportagem de *A Notícia* ouviu também lideranças empresariais e de movimentos populares, registrando o contraditório quanto às avaliações acerca da Operação.

Nos dois dias seguintes ao fato, os espaços foram reduzidos a duas páginas em cada jornal, já indicando o ciclo vital precoce da Moeda Verde. No *DC* (edição 05/05) o destaque ficou por conta da fala do governador Luiz Henrique que classificou a operação como “pirotecnia federal”. O *DC* publicou ainda nessa edição uma esclarecedora entrevista com a delegada Júlia Vergara (PF). No *AN*, a repercussão está focada nas informações da PF indicando que se confirmavam: “Depoimento reforça suspeita de propina”. No dia 06/05, enquanto o *AN* dava como chamada de capa “A cobiça pelo solo da Capital”, o *DC* abria uma discussão com outros atores envolvendo “O futuro da Capital após a Moeda Verde”.

Depois dessa repercussão inicial, a pauta foi rareando. Somente no final de maio, a partir de um debate sobre o futuro de Florianópolis, publicado no *Diário Catarinense* (edição 27/05, p. 32-34), o assunto reaparece nas manchetes e chamadas de capa. Entre os debatedores, o Procurador-chefe do Ministério Público Federal no Estado, Walmor Alves Moreira, pesquisadores, especialistas, empresários e autoridades da área. Moreira é destaque também na edição do mesmo dia de *A Notícia*, que publica similar entrevista (p. A10), sob o título: “A omissão não pode continuar”. No *DC*, a mesma entrevista vem com o título “Se a licença é irregular, deve ser cassada”.

Outra vez os diferentes enfoques transparecem nas páginas dos dois periódicos. Note-se a abertura das duas entrevistas:

(a) **DC:** O procurador-chefe do Ministério Público Federal em Santa Catarina, Walmor Alves Moreira, um dos participantes do debate realizado no *Diário Catarinense* sobre o futuro da Capital, concedeu entrevista na sexta-feira e fez declarações contundentes sobre a Operação Moeda Verde. (...) Moreira acusou a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Fatma) por não tomar providências sobre as suspeitas levantadas pela operação, e garantiu que haverá punição se ficar comprovada a culpa dos citados.

(b) **AN:** O Ministério Público Federal confirmou a existência de mais envolvidos no esquema de comercialização de licenças ambientais em Florianópolis, desarticulado no início do mês pela Operação Moeda Verde, da Polícia Federal. Extra-oficialmente, especula-se que poderia chegar a pelo menos 40 o número de envolvidos.

Outra vez, transparece dois sentidos distintos. Entre confirmar “a existência de mais envolvidos no esquema” e acusar um órgão público de omissão (no caso, a Fatma), garantindo “que haverá punição” há um jogo mais que semântico. Os repórteres da *RBS Felipe Pereira (DC)* e Diogo Vargas (*AN*) produziram a entrevista juntos, que ganharam edições diferentes.

Em comum, entre os dois textos publicados apenas o entrevistado. Nem mesmo a pergunta inicial, aparentemente sobre a mesma questão tem sentido ligeiramente diferenciado: (1) **DC:** “O senhor comentou recentemente que chegaria a, *no mínimo, 40 o número de pessoas em investigação* pela Operação Moeda Verde”; (2) **AN:** “O senhor comentou recentemente que *chegaria a, no mínimo, 40 o número de pessoas suspeitas* pela Moeda Verde” (grifos do autor). Do

## Transparece aqui a situação simbiótica entre o *Diário Catarinense* e o campo da política, resultando num tipo de edição obscura do fato, uma espécie de submissão da informação

ponto de vista do receptor/leitor pessoas “em investigação” talvez não sejam, necessariamente, “suspeitas”.

Outra edição que marca bem essa diferença de enquadramento é de 31/05/2007. A Moeda Verde volta às manchetes: (1) **DC:** “Relatórios revelam como a PF montou a Operação Moeda Verde”; (2) **AN:** “Relatórios da PF reforçam a existência do esquema” - na gravata, “Informações atingem Fatma, Floram, Câmara, Susp e empresários”. As fontes acessadas pelos dois jornais foram exatamente as mesmas, ou seja, 28 relatórios (totalizando cerca de mil páginas) elaborados pela Polícia Federal. O *DC* optou estranhamente por “contar” como a PF montara a operação, enquanto o *AN* percebeu e analisou informações que reforçavam as denúncias. Com efeito, transparece aqui a situação simbiótica entre o *DC* e o campo da política, resultando num tipo de edição obscura do fato, uma espécie de submissão da informação. Sobre essa questão, Serva escreve:

Por submissão entende-se o fato que, embora noticiado, tem uma edição que não permite ao receptor compreender e deter a sua real importância ou mesmo o seu significado. Por exemplo, a revelação de um caso de corrupção para o qual a edição não confere o destaque merecido diante da importância histórica ou política do fato (Serva, 2001: 66-67).

Observando-se os textos (*DC*, p. 4-6; *AN*, p. A4), a diferença na produção de sentidos é inerente ao discurso jornalístico. A começar pelos títulos internos: (1) **DC:** “Polícia revela como investigou suspeitos”; (2) **AN:** “O que dizem os relatórios da PF” - com gravata que reforça a manchete “Primeiras

conclusões apontam para crimes ambientais e contra a administração pública”. Há um visível constrangimento de parte do *DC*.

O lide da matéria principal do *DC* (31/05/2007, p. 4) revela o esforço de contar aos seus leitores como a PF organizara a Moeda Verde – desfocando o conteúdo dos relatórios:

*Com base nos 28 relatórios sigilosos encaminhados à Justiça Federal pela delegada Julia Vergara da Silva, o Diário Catarinense e a RBS TV revelam os principais detalhes do trabalho que deu origem à Operação Moeda Verde, da Polícia Federal (PF).*

A missão durou nove meses e resultou na decretação da prisão, no dia 3 de maio, de 22 suspeitos de fazer parte de um suposto esquema de corrupção para favorecer empreendimentos imobiliários na Capital (grifos do autor)

No *AN* (31/05/2007, p. A4) o assunto é assim resumido:

*“Uma verdadeira quadrilha dedicada à prática de crimes ambientais e crimes contra a administração pública”. Essa é uma das conclusões da delegada Julia Vergara, da Polícia Federal (PF), após analisar o material com gravações envolvendo os suspeitos na Operação Moeda Verde.*

Os detalhes que deram origem à operação e levaram ao pedido de prisão de 22 suspeitos, além dos bastidores da investigação, estão expostos em 28 relatórios de quase mil páginas (...) (grifos do autor)

A escolha de uma declaração forte da delegada responsável pelo caso, no caso do *AN*, mostra uma preocupação com o

aprofundamento e conseqüências da investigação, à cata de provas que reforçassem a existência do esquema. Na outra ponta, o *DC* parece optar pela superfície das ações da PF, ainda tratando a Moeda Verde como um “suposto esquema de corrupção para favorecer empreendimentos imobiliários”. Na organização do conteúdo, notam-se também outras diferenças, especialmente na opção do box (AN, p. A4) reproduzindo diálogos de alguns acusados. As conclusões de Júlia Vergara e a defesa dos principais acusados completam a reportagem. A delegada é a personagem central da reportagem do *AN*, enquanto no *DC* um Juarez Silveira sorridente falando ao celular é “apontado pela polícia como o chefe do suposto esquema”.

Duas últimas edições fornecem mais subsídios à análise objeto deste artigo. Em 2/06/2007, a pauta ainda freqüenta a capa em pequenas chamadas: **(1) DC:** “Ação reforça investigação da Moeda Verde” – “Procurador-geral da República reforça a equipe que vai analisar as conclusões da PF sobre liberações de licenças ambientais na Capital”; **(2) AN:** “MP se reforça para analisar o inquérito da PF”. O *Diário Catarinense* explora o novo gancho, em reportagem especial de três páginas (p. 4-6), que abre destacando: “Reforço para as investigações”, com foto em três colunas do procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza. Em *A Notícia*, o fato novo foi tratado com mais comedimento: “Reforço para analisar inquérito” – sobre a gravata “Ministério Público Federal chamou procurador do RS para ajudar a avaliar conclusões da PF”.

Por fim, uma situação que demonstra essa dessintonia entre os enquadramentos dos jornais catarinenses. A Moeda Verde volta a ser manchete no *A Notícia* (ed. 05/06/2007):

**A escolha de uma declaração forte da delegada responsável pelo caso, no caso do A Notícia, mostra uma preocupação com o aprofundamento e conseqüências da investigação**

“Empresário quer tirar procurador” – na gravata, “O requerimento de advogado de empreendedor é baseado em suposta falta de isenção”. No texto de chamada de capa, o AN informa que são os defensores do empresário Paulo César Maciel, dono do Shopping Iguatemi, que tentam afastar o chefe do Ministério Público Federal em Santa Catarina, Walmor Alves Moreira, alegando “falta de isenção”. No mesmo dia, o DC não deu nada sobre o assunto.

### **Mídia e Política: teses, tensões, redução e interações**

As relações da mídia com o campo da política sempre foram marcadas por simbioses e tensas interações. Antes de refletir alguns paradigmas do jornalismo investigativo, convém revisitar algumas teses sobre mídia e política no país, uma vez que estão no fundamento teórico desse tipo de cobertura suscitada pela Operação Moeda Verde.

Para discutir a suposta simbiose entre os dois campos, valho-me dos conceitos adotados por Lima (2006):

Quando falamos de *mídia* estamos nos referindo à indústria da cultura, isto é, às emissoras de rádio e de televisão (aberta e paga), aos jornais, às revistas e ao cinema, portadores do que se chama de comunicação de massa. (...) A mídia, plural latino de *medium*, meio, é entendida aqui como o conjunto das instituições que utiliza tecnologias específicas para realizar a comunicação humana. (...) A política, por outro lado, em sua origem clássica, derivada da palavra grega *polis*, significa ‘tudo que diz respeito à cidade, o que é urbano, civil, público’. Queremos salientar aqui o conceito de política associado à idéia de público (Lima, 2006: 52-53).

## **As relações da mídia com o campo da política sempre foram marcadas por simbioses e tensas interações**

Num caso como o da Operação Moeda Verde, a mídia atua fortemente na direção não só de pautar a sociedade (papel de agendamento, de acordo com a teoria do *agenda-setting*) como também quer influenciar, no espaço público, a opinião de um maior número de cidadãos e cidadãs. Daí, assume um viés político que muitas vezes se confunde com um partido político tradicional.

Neste sentido, a narrativa midiática de qualquer crise que se apresente – seja de gestão política ou, especialmente, suspeita de corrupção – acaba sempre carregando em si valores, informações, enquadramentos em vários sentidos que constituem essa mensagem final. Como a tendência dessa narrativa é a simplificação da forma (e, por conseguinte, do conteúdo), a criação de clichês passou a fazer parte da práxis dessa mídia “reverberativa”. Sim, precisamente aqui entra o contraponto de Arbex Jr. ao criticar a falta de apuração, pesquisa, análise mais profunda dos dados e contextos informacionais, analisando o “escândalo da Sudam” – que envolveu o ex-senador Jader Barbalho:

A imprensa limitou-se a pegar as declarações do próprio Jader, dos inimigos dele e da Procuradoria, reproduziu essas declarações e fez aqui que se chama de repercussão. Isso não é jornalismo investigativo, mas “reverberativo”. (...) A investigação implicaria deslocar um repórter ao Pará para investigar em profundidade, dentro da Sudam, consultar pessoas do povo que foram afetadas, consultar os papéis nos cartórios. (Lopes e Proença, 2003: 65).

O clichê Moeda Verde soa mais simpático do que analiticamente se falar em crimes por emissão de licenças ambientais

e contra o patrimônio público. Entman (apud Lima, 2006) esclarece um pouco mais sobre o assunto, levando-se em conta os elementos de edição presentes no *Diário Catarinense*:

A maioria dos enquadramentos são definidos tanto por aquilo que omitem, quanto por aquilo que incluem, e as omissões de definições potenciais de problemas, explicações, avaliações e recomendações podem ser tão críticas para conduzir as audiências quanto as inclusões (Lima, 2006: 17).

Nas edições apontadas, no paralelo entre *DC* e *AN*, é possível observar algumas omissões, saliências e até distorções de significados praticados pelos dois jornais. Desde o primeiro momento (edição 04/05/2007), o *DC* fez escolhas de elementos de edição que, somados, conferem certa suavidade às acusações (e acusados). Com efeito, *vis-a-vis* “abalalar Florianópolis” tem sentido jornalístico e político inequivocamente distinto de “apurar fraude ambiental” – ambas manchetes referindo-se à operação da PF. Há uma diferença marcante entre hiperbolizar a repercussão e minimizar – um movimento aparentemente presente na cobertura do *DC*.

Neste sentido, as edições aparentemente discrepantes do *DC* podem ser também vistas com um caso de “redução” da informação jornalística. Serva esclarece:

Um procedimento essencial ao jornalismo que necessariamente induz à incompreensão dos fatos que narra é a redução das notícias a paradigmas que lhes são alheios, mas que permitem um certo nível imediato de compreensão pelo autor ou por aquele que supõe ser o seu leitor. Através desse procedimento,

noticiários confusos aparecerão simplificados para o leitor, reduzindo conseqüentemente sua capacidade real de compreensão da totalidade do significado da notícia. (...) A esse deslocamento do contexto histórico e sua migração para outro contexto, levando apenas coincidências episódicas, aspectos imagéticos, acidentais de seu conteúdo, chamo redução (Serva, 2001: 83-87).

Neste caso, note-se que desde a primeira manchete (“abala Florianópolis”) o enquadramento do *DC* procurou construir uma imagem de significado difuso. Certamente as famílias dos acusados, amigos e parentes ficaram (como eles todos) “abalados”. Transferir esse “sentimento” para a cidade é um caso inequívoco de “redução”.

### **Do verde ao maduro: o papel do jornalismo investigativo**

Quando se fala em jornalismo investigativo, a primeira referência é o Caso Watergate, quando memoráveis reportagens de cunho investigativo levaram o presidente Nixon à renúncia. Fortes (2005) relembra:

A sombra de Watergate paira como um emblema sobre as redações do mundo todo. Não é diferente no Brasil. Durante o governo Collor, essa ascendência simbólica tornou-se fato e alimentou uma geração inteira de jornalistas (Fortes, 2005: 21).

Em pautas como a da Moeda Verde há um jogo de poder, às vezes explícito, mas sempre subjacente aos fatos narrados e representados pelo discurso jornalístico. Nassif (2003) defende a necessidade vital do planejamento das coberturas de temas considerados complexos, com base na percepção

**Em pautas como a da Moeda Verde há um jogo de poder, às vezes explícito, mas sempre subjacente aos fatos narrados e representados pelo discurso jornalístico**

de que notícia virou *commodity* – à qual precisa se agregar valor, análise, contextualização e acompanhamento metódico. Ele propõe:

Há que se ter uma área de inteligência na redação, alguém de fora do dia-a-dia, exclusivamente dedicado a montar as peças do quebra-cabeça. Principalmente em coberturas contínuas, e de impacto, a cautela acaba sendo sempre a melhor estratégia, até se ter certeza da posição a ser adotada. Havendo solidez na análise, o segundo tempo do jogo exige o atrevimento de investir contra a unanimidade anteriormente formada. (Nassif, 2003: 37-38)

Para o autor, a imprensa deveria organizar uma espécie de “painel de controle” para temas complexos, e recorrentes, como é o caso da corrupção. Nassif complementa:

Com a proliferação da Internet e a criação dos indicadores – modelo adotado pelas agências regulatórias – o trabalho da imprensa passa, necessariamente, pela montagem de painéis de controle sobre temas variados que permitam não só ao jornalista, como ao leitor, ter noção de conjunto do processo de construção dos temas e do País (Nassif, 2003: 35).

A Moeda Verde não é o primeiro caso de corrupção registrado em Santa Catarina. O tipo de cobertura dos dois maiores jornais diários parece evidenciar essa lacuna: sem banco de dados, painel de controle ou quaisquer outros instrumentos de apoio à investigação jornalística, o “verde” ficou carente de “amadurecimento” nas páginas do *DC* e *AN*.

Para Fortes (2005), o caminho das pedras do jornalismo investigativo passa por:

**O tipo de cobertura dos dois jornais diários parece evidenciar essa lacuna: sem banco de dados, painel de controle ou quaisquer outros instrumentos de apoio à investigação jornalística, o “verde” ficou carente de “amadurecimento” nas páginas do DC e do AN**

(a) pesquisa minuciosa (de todas as nuances da notícia, por mais irrelevantes que aparentem ser); (b) paciência e concentração (uma reportagem investigativa tem um tempo de maturação); (c) insistência e perseverança (deixar fluir a intuição, como ponte entre os fragmentos de informação); (d) atenção especial (a todos os tipos de dados disponíveis); (e) conhecimento policial básico (domínio elementar de técnicas de investigação policial, criminalística, procedimentos do Ministério Público etc.); (g) curiosidade e desconfiança (sem isso a alma do jornalismo investigativo se apaga e nada se cria). Ele segue pontuando alguns outros aspectos desse caminho como ter discrição; checar (e rechegar) as informações; libertar-se de preconceitos; organizar bem os arquivos; frieza, objetividade, precisão e lealdade ao leitor; coragem, responsabilidade e respeito às fontes; por fim, clareza e simplicidade na hora de escrever o texto final da reportagem.

O autor resume lembrando a velha máxima: “Notícia é tudo aquilo que alguém, em algum lugar, quer manter escondido. O resto é propaganda” (Fortes, 2003: 36). No caso Moeda Verde, mesmo nas situações nas quais as informações públicas apontavam indícios mais claros do esquema dos crimes ambientais e contra o patrimônio público, os editores de capa e política do Diário Catarinense conseguiam produzir sentidos distintos, conferindo outras significações à notícia.

Sob o manto do sensacionalismo, a notícia-espetáculo vai gerando uma teia de desinformação, enredando os leitores/receptores – e a sociedade, em geral – numa síndrome da desinformação funcional, nas palavras de Serva (2001):

Corresponde a um fenômeno definido pelo fato de que as pessoas consomem informações através de um ou mais meios de comunicação, mas não conseguem compor com tais informações uma compreensão do mundo ou dos fatos narrados, nas notícias que consumiram (2001: 71).

O núcleo da verdade factual, no caso da Moeda Verde, vai sumindo sob os escombros de uma cobertura que, no caso do *DC*, prioriza nuances informativas que afastam o olhar incômodo do leitor acerca dos fatos e personagens investigados pela PF e Ministério Público. Para Arbex Jr. (apud Lopes e Proença), a questão é outra:

O problema do jornalismo sem profundidade não estaria relacionado só à velocidade da notícia nem à corrida frenética da concorrência entre os veículos e os próprios meios. Existe uma mistificação da pressa e do dinheiro. O problema do jornalismo brasileiro está na elite do país, que não suporta nenhuma investigação séria (Lopes e Proença, 2003: 66).

A manifesta simbiose entre mídia e política, verificada no caso da Moeda Verde, parece indicar que o experiente jornalista José Arbex Jr. tem razão em sua análise.

Na órbita do campo da política, a mídia brasileira parece refletir no “espelho” sua face mais crua: extremamente autoritária, do tipo que não suporta crítica. Arbex Jr. enfatiza ao final: “Se fizermos um levantamento das raízes da elite, até onde ela penetra, vamos chegar rapidamente aos limites daquilo que não pode ser publicado, porque são sete (*ou treze, considerando-se os grupos regionais de expressão nacional – nota do autor*) famílias que controlam a mídia

**O núcleo da verdade factual, no caso da Moeda Verde, vai sumindo sob os escombros de uma cobertura que afasta o olhar incômodo do leitor acerca dos fatos e personagens investigados pela Polícia Federal e pelo Ministério Público**

no Brasil. E isso é o limite do jornalismo investigativo no País” (Lopes e Proença, 2003: 66). Ou pelo menos tem sido em muitos episódios.

Retomando a reflexão sobre os diferentes sentidos produzidos nas coberturas do *DC* e *AN* é possível afirmar que isso está longe de ser obra do acaso. Considerado um dos melhores repórteres investigativos do país, juntamente com Arbex Jr. e Cláudio Tognolli, Bob Fernandes dá sua opinião:

Qualquer repórter antenado pode fazer essas matérias. Não tem muito segredo. O olhar é algo muito particular, é ver e ir atrás. Você tem um conjunto de informações, de conhecimentos, de leitura que sinalizam quando uma coisa é importante, quando aquilo lhe chama a atenção (apud Lopes e Proença, 2003: 78).

Em outras palavras, dizer que os “relatórios revelam como a PF montou” (*DC*, capa da edição de 31/05/2007) a Moeda Verde difere sensivelmente de se afirmar que os mesmos “relatórios da PF reforçam a existência de esquema” (*AN*, mesma data). No *DC*, um lide sem nenhuma contundência, de um detalhe (“como foi montada a operação”) e no *AN*, uma declaração forte da delegada responsável pela investigação que acusa a existência de “uma verdadeira quadrilha dedicada à prática de crimes ambientais e crime contra a administração pública”. Nem a simbiose entre mídia e política explica, integralmente, esse tipo de representação do caso no texto e elementos de edição da notícia.

**Quando a mídia vira ator político (e partidário)**

O surgimento do escândalo como acontecimento midiático remonta aos séculos 16 e 17, como relata Thompson (2002):

Na Inglaterra, a circulação de panfletos satíricos e libelos era uma característica comum no período elisabetano (séculos 16 e 17). Decreto do Tribunal da Câmara, de 1586, estabeleceu um sistema detalhado de permissões e censuras que limitava o número de editores e controlava estritamente a publicação de notícias domésticas. (...) Antes do surgimento da mídia, a publicidade dos governantes era resultado da aparição física em espaços da Corte. Os novos meios de comunicação foram utilizados pelos governantes para divulgar atos e fatos, mas também como meios de construção de auto-imagem (Thompson, 2002: 67-70).

Com base nesta referência é possível afirmar que a simbiose com a política é algo cravado no DNA da imprensa. Nas modernas sociedades contemporâneas, a mídia ocupa um papel de centralidade cada vez mais evidente. Na observação de Lima (2006), isto se explica pela simples razão de que

a construção do conhecimento público que possibilita, a cada um de seus membros, a tomada cotidiana de decisões nas diferentes esferas da atividade humana não seria possível sem ela (p. 55).

Discutindo “sete teses” sobre mídia e política no Brasil, o autor destaca ainda que a mídia permeia “diferentes processos e esferas da atividade humana, em particular a esfera da política”. E acrescenta:

O papel mais importante que a mídia desempenha decorre do poder de longo prazo que ela tem na *construção da realidade* através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana – das etnias, dos gêneros,

## **É no exercício de funções tradicionalmente ligadas aos partidos políticos que os conglomerados de mídia enveredam pelo caminho do protagonismo antidemocrático**

das gerações, da estética etc. – e, em particular, da política e dos políticos. É através da mídia – em sua centralidade – que a política é construída simbolicamente, adquire um significado (Lima, 2006: 55).

Duas outras teses abordadas por Lima (2006) se conectam diretamente com o objeto deste artigo, especialmente à reflexão sobre a simbiose entre os dois campos (mídia e política). A primeira, de que “a mídia está exercendo várias das funções tradicionais dos partidos políticos”. A outra, evidencia que “a mídia se transformou, ela própria, em importante ator político”.

É no exercício de funções tradicionalmente ligadas aos partidos políticos que os conglomerados de mídia enveredam pelo caminho do protagonismo antidemocrático, desvirtuando profundamente sua função de prestar serviços à sociedade.

Para Lima (2006), amparada na crise dos partidos, a mídia cada vez mais assume determinadas funções dessas instituições, a saber: construir a agenda pública (agendamento), gerar e transmitir informações políticas, fiscalizar as ações dos governos, exercer a crítica das políticas públicas e canalizar as demandas da população.

Em se tratando da Moeda Verde, fica evidente a tese de Lima:

As empresas de mídia são hoje atores econômicos fundamentais como parte de grandes conglomerados empresariais articulados em nível global. Além disso, pelo poder que emana de sua capacidade única de produzir e distribuir capital simbólico e pela ação direta de seus concessionários e/ou proprietários, se transformaram também em atores com interferência direta no processo político (Lima, 2006: 59)

Na hora exata de jogar luz sobre seus parceiros, do campo da política e da economia, fica relativamente visível o constrangimento da cobertura em seus aspectos centrais: das manchetes, escritas com zelo e presunção de inocência incomum nestes casos (se os acusados fossem de outro campo político, certamente) aos enquadramentos de lides e escolha das fotos, bem como de edições de perfis e/ou entrevistas. Nos vários trechos citados, nas reportagens do *DC*, este viés é perceptível. No papel amplo de ator político e partidário, a mídia acaba se assumindo como dona da agenda pública.

Na cena nacional, desde a eclosão da chamada “crise política” do governo federal, em maio de 2005, a mídia mantém vivo o clima de escândalo. As recentes operações da PF, como “Furacão”, “Têmis”, “Navalha”, “Moeda Verde” e “Xeque-Mate” – para citar algumas – mantêm políticos e o campo da política sob permanente tensão.

Retomando o objeto de análise deste artigo, o caso Moeda Verde, parece valer o raciocínio de Giancarlo Summa (*Carta Capital*, ed. 06/06/2007, p. 24):

As ações da mídia têm sempre implicações políticas e, muitas vezes, interesses que vão bem além – ou contra – dos preceitos básicos do que se costuma definir como bom jornalismo: a preocupação com a veracidade e exatidão dos fatos, o equilíbrio, o dever de ouvir todos os lados envolvidos.

Nos bastidores, enquanto a mídia faz política, autonomamente ou em simbiose com o campo da política (e seus atores tradicionais) há uma distância amazônica entre intenção e gesto. A ação que mais tipifica essa “tensa interação”, para o jornalista Summa, é usual nos palácios da política, em Brasília:

**Nos bastidores,  
enquanto a mídia  
faz política,  
autonomamente  
ou em simbiose  
com o campo  
da política há  
uma distância  
amazônica entre  
intenção e gesto**

Nenhum ministro ou político importante inicia o dia sem folhear compulsivamente o *clipping* dos principais jornais e revistas preparado pela Radiobrás, distribuído em domicílio a partir das 6 da manhã. E logo depois já é o momento de ligar a tevê no *Bom Dia Brasil*, da Globo... Os colonistas mais influentes, não mais de uma dúzia, trabalham pensando nesse público, não nos leitores ou nos telespectadores (*Carta Capital*, cit. p. 27).

Summa pondera, no entanto, que este papel (e poder subjacente) não é absoluto, especialmente considerando-se a reeleição do atual presidente da República:

O que se passou entre a eleição e a reeleição de Lula demonstra claramente que a mídia no Brasil é, sim, um ‘poder de fato’, com agenda política e alianças estreitas com setores econômicos e políticos, mas também que esse poder está longe de ser absoluto” (*Carta Capital*, cit., p. 26).

E diz claramente: “A verdadeira força da mídia é o que os especialistas de comunicação definem como ‘poder de agenda’” (*Carta Capital*, cit., p. 27).

É do filósofo alemão Jürgen Habermas o alerta incisivo, analisando a crise do jornal alemão *Süddeutsche Zeitung*, prestes a ser negociado pelos proprietários com um grupo de “investidores” privados. Habermas percebe a mídia como um espaço importante da esfera pública contemporânea, mas afirma: “Ouvintes e espectadores não são apenas consumidores, mas também cidadãos com direito à participação cultural, à observação da vida política e à voz na formação de opinião”. E conclui:

A comunicação pública estimula e orienta a formação da opinião e do voto, ao mesmo tempo em que exige transparência e prontidão do sistema político. Sem o impulso de uma imprensa voltada à formação de opinião, capaz de fornecer informação confiável e comentário preciso, a esfera pública não tem como produzir essa energia. (*Folha de S. Paulo*, Mais, ed. 27/05/2007)

### Considerações Finais

Diz-se que “a verdade é a primeira vítima da guerra”. No cotidiano das redações de jornais/rádios/televés/portais da internet, nos desvãos dos palácios e espaços simbólicos do exercício do poder político na sociedade, trava-se uma guerra de posições na produção e comercialização da informação jornalística, de seu reconhecido capital simbólico.

No caso da mídia impressa, objeto desta breve análise, subsiste um debate inconcluso quanto ao seu real poder de influência na formação da opinião do público. No caso brasileiro, parece evidente concluir que as emissoras de televisão mantêm um predomínio fortíssimo. De fato, uma pesquisa nacional do Instituto Vox Populi, feita para a revista *Carta Capital* (em junho de 2006), indicou que 58% dos entrevistados têm a televisão como principal fonte de informação política, que somados aos 18% de familiares e amigos (a segunda fonte, também exposta à tevê) totalizam 76% dos cidadãos que buscam informações nesse meio. Depois aparecem jornais (7%), rádio (6%) e os colegas de trabalho (4%).

Com efeito, não obstante a crise do setor, segundo dados da Associação Nacional dos Jornais (ANJ), os periódicos diários tiveram um crescimento de 2% (dois por cento) da circulação, em 2006, em escala mundial.

## O enquadramento nitidamente diferenciado no *Diário Catarinense* traz à tona o processo de simbiose que se verifica entre mídia e política, no que tange aos constrangimentos, saliências, submissão e redução da informação jornalística

No Brasil, verificou-se uma evolução de 6,5% (seis e meio por cento). Os diários hoje formam uma indústria de US \$108 bilhões anuais, com 1,4 bilhão de leitores diários; somente em 2006, cerca de 510 milhões de exemplares foram vendidos, no mundo. A discussão, especialmente em continentes como Europa e Estados Unidos, é como “continuar a prosperar e influenciar a formação da cidadania”, na visão estrita dos empresários da mídia.

A cobertura da Operação Moeda Verde nas páginas do *DC* e *AN* permite aprofundar essa reflexão sobre o papel dos jornais diários na formação da opinião do público. Por outro lado, o enquadramento nitidamente diferenciado, e em vários trechos apontado nos elementos fáticos da cobertura, especialmente no *Diário Catarinense* traz à tona o processo de simbiose que se verifica entre mídia e política, no que tange aos constrangimentos, saliências, submissão e redução da informação jornalística.

Ou ainda nas palavras de Serva,

a verdade morre por milhares de ferimentos, não porque um corpo único tenha sofrido muitos cortes, mas porque diversas verdades vão sendo estabelecidas e em seguida mortas, em múltiplos conflitos (Serva, 2001: 93).

Nos dois enquadramentos, quando se alude aos fatos pelo viés eminentemente político, no limite da desinformação funcional, os periódicos do grupo RBS vão matando a verdade e reinventando novas “verdades”.

Em seus estudos e pesquisas sobre a incidência do escândalo midiático, John B. Thompson faz uma observação lapidar:

Quanto mais os líderes políticos e outras pessoas se tornaram visíveis como indivíduos na esfera pública, e quanto mais sofisticadas se tornavam as tecnologias, tanto mais provável era de que áreas da atividade antes resguardadas começassem a vir à tona. Maior visibilidade não implica necessariamente maior sinceridade, mas aumenta o risco de que as atividades executadas privadamente, ou semi-privadamente, acabem encontrando um modo de se manifestar na esfera pública (Thompson, 2002: 89).

### Sobre o autor

*Samuel Pantoja Lima, jornalista, doutor em Mídia e Teoria do Conhecimento pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFSC.*  
e-mail: [ielusc@ielusc.br](mailto:ielusc@ielusc.br)

### Referências

ARBEX JR, José. *Showrjalismo – a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.  
DORNELES, Carlos. *Deus é inocente – a imprensa, não*. São Paulo: Globo, 2002.  
FORTES, Leandro. *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Contexto, 2005.

HABERMAS, Jürgen. O valor da notícia, *Folha de S. Paulo* – Caderno Mais, edição de 27/05/2007.  
LIMA, Venício Artur de. *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.  
\_\_\_\_\_. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.  
LOPES, Dirceu Fernandes; PROENÇA, José Luiz (Orgs). *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.  
MARX, Karl. *Liberdade de imprensa*. Porto Alegre: L&PM, 2006.  
MORAES, Denis (Org.). *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.  
NASSIF, Luís. *O jornalismo dos anos 90*. São Paulo: Futura, 2003.  
SERVA, Leão. *Jornalismo e desinformação*. São Paulo: SENAC, 2001.  
THOMPSON, John B. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002.

### Jornais e Revistas:

*Folha de S. Paulo* – Caderno Mais, edição de 27 de maio de 2007.  
*Jornal ANJ* – Associação Nacional de Jornais, edição de junho de 2007.  
*Carta Capital*, edição de 6 de junho de 2007. Matéria de capa: A mídia faz política, p. 24-38.